



United Nations  
Educational, Scientific and  
Cultural Organization

Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

**UNESCO Brasília Office**  
**Representação da UNESCO no Brasil**

## **EDITAL Nº 0056/2013**

### **UNESCO**

**Elaboração de Modelo de Estudo de Viabilidade  
Econômico-Financeira e Preço Mínimo das Outorgas  
dos Serviços de Radiodifusão.**

## **PROJETO 914BRZ5012**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO ASSINADO ENTRE  
A UNESCO E O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

A Representação da **UNESCO** no Brasil convida empresas a participar da **Licitação Nº. 0056/2013** para aquisição do produto/serviço, conforme especificado no Termo de Referência a seguir.

As propostas para prestação dos serviços e/ou o fornecimento dos bens deverão ser entregues/enviadas para a **Representação da UNESCO no Brasil, à SAS Quadra 05, Bloco H, Sala 1011, Edifício CNPq/IBICT/UNESCO, CEP 70070-914, Brasília, Distrito Federal**, indicando tratar-se da **Licitação Nº. 0056/2013** e serão recebidas até as **18:00h** do dia **03 de julho de 2013**. As propostas serão abertas em sessão pública às **15:00h** do dia **04 de julho de 2013**.

A apresentação da Proposta implica na plena aceitação, pela empresa licitante, das regras, normativos e procedimentos adotados pela **UNESCO** em processos licitatórios e representa o comprometimento e a concordância com as especificações relativas à prestação dos serviços e/ou ao fornecimento dos bens, na forma indicada no Termo de Referência.

A UNESCO se reserva o direito de alterar e/ou anular esta licitação sem (1) que possa haver quaisquer reivindicações ou reclamações por parte das empresas licitantes ou, ainda, (2) que esta decisão possa gerar direito ou vantagem de qualquer tipo ou natureza em favor das licitantes que tenham sido convidadas a participar deste procedimento licitatório.

A UNESCO não contrata empresas cujo nome conste no cadastro de empresas inidôneas e suspensas do Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.transparencia.gov.br/ceis/>)

A UNESCO apoia as iniciativas de responsabilidade socioambiental contratando, preferencialmente, empresas que respeitam o meio ambiente e o desenvolvimento autossustentável.

## **TERMO DE REFÊRÊNCIA** (Licitação 0056/2013)

### **1. JUSTIFICATIVA**

Por força do art. 21 da Constituição Federal, a União detém a competência material (administrativa) exclusiva para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (televisão).

Sendo a radiodifusão um serviço público por definição, submete-se, pois, ao regime jurídico de direito público, tendo o art. 223 da Carta Magna atribuído ao Poder Executivo Federal a competência para outorga e renovação das concessões, permissões e autorizações, sendo tais outorgas deferidas por meio de processo licitatório.

A licitação visando à outorga para a execução de Serviços de Radiodifusão Sonora ou de Sons e Imagens, tendo em vista todas as peculiaridades do serviço e as suas especificidades, tem seu procedimento preceituado nas regras contidas na Lei nº 4.117/93 e por sua regulamentação posterior, especialmente pelo Regulamento de Serviços de Radiodifusão - Decreto nº 52.795/63, auxiliando-se no que couber da Lei 8.666/93.

Com a premissa do atendimento de regras esculpidas na Lei 8.666/93 em harmonia com os preceitos do Decreto nº 52.795/63, o Ministério das Comunicações ao efetuar licitações dos Serviços de Radiodifusão, de imediato atende o preceituado no Art. 3º da Lei 8.666/93, que prevê que a licitação tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Como órgão fiscalizador das desestatizações, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprecia e aprova os certames e processos que tem por objeto a concessão ou permissão de serviços públicos, cabendo ao TCU a fiscalização de tais procedimentos e, quando for o caso, a recomendação de eventuais correções e acertos em suas diversas fases.

Norteando o exercício desta atividade, o referido tribunal editou a Instrução Normativa nº 27/98, a qual descreve os preceitos e obrigações a serem observadas pela Administração Pública durante o processo de desestatização dos bens públicos.

Dentre as obrigações do Poder Público, encontra-se a prévia submissão de estudo de viabilidade econômico-financeira do objeto da outorga da concessão ou permissão ao Tribunal de Contas da União, estudo este que determinará a fixação do preço mínimo do bem a ser licitado, de forma a não causar dano ao erário público e nem propiciar o enriquecimento ilícito do particular.

Após as últimas licitações de serviços de radiodifusão realizadas pelo Ministério das Comunicações nos anos de 2009 e 2012, o TCU determinou ao órgão a necessidade do desenvolvimento de uma metodologia para a realização de estudos de viabilidade econômico-financeira das outorgas para a execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, consonantes com a avaliação de negócios empresariais

Como o Ministério das Comunicações não dispunha de material humano e nem insumos que possibilitassem tal estudo de forma imediata, optou-se pela formação de um grupo de trabalho, instituído pela Portaria nº 290, de 31 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de agosto de 2011, e constituído por membros de diversas especialidades, com o objetivo principal de desenvolver uma metodologia para realização dos estudos de viabilidade econômico-financeira, que atendesse as determinações do TCU.

Como resultado dos trabalhos, optou-se pela utilização de uma metodologia de fluxo de caixa descontado, resultando, desta forma, no preço mínimo da outorga decorrente.

Para a utilização de tal metodologia, definiu-se a necessidade de identificação dos investimentos, ou seja, os custos de instalação das estações a serem montadas, bem como dos custos mensais aproximados de funcionamento, e também a identificação das prováveis receitas a serem auferidas. Para seguir a lógica de avaliação dos negócios empresariais, optou-se ainda pela aplicação de uma taxa de depreciação e de uma taxa interna de retorno (taxa de desconto aparente).

Entretanto, submetida a metodologia ao TCU, recebeu diversas críticas e recomendações por parte do órgão fiscalizador, a diferentes pontos e premissas utilizadas no trabalho, especialmente no que tange às práticas de mercado, as quais, mesmo após diversas tentativas por parte do grupo de trabalho em solucioná-las, acaba-se sempre por esbarrar-se na ausência de expertise dos seus membros nos métodos de mercado que possibilite a definição das soluções mais adequadas.

## **2. OBJETO**

Elaboração de um modelo de estudo de viabilidade econômico-financeira e preço mínimo das outorgas dos serviços de radiodifusão, incluindo o levantamento de todos os dados de suporte para o estudo. O trabalho envolve também a entrega de uma ferramenta automatizada para a realização dos cálculos e a realização de um treinamento com os futuros usuários, além da disponibilização de todo o material teórico, levantamento de dados e informações utilizados para o desenvolvimento do estudo.

## **3. ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS**

3.1 Definição de um modelo de estudo de viabilidade econômico-financeira e fixação do preço mínimo das outorgas dos serviços de radiodifusão, com a definição de índices e sistemas de mercado, seguindo os parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU;

3.2 Levantamento de todos os dados e informações necessários para a execução dos cálculos do modelo de estudo de viabilidade econômico-financeira e fixação do preço mínimo das outorgas dos serviços de radiodifusão, além de seus processos de atualização periódica, seguindo os parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU;

3.3 Disponibilização de uma ferramenta automatizada para a realização dos estudos de viabilidade econômico-financeira e fixação do preço mínimo das outorgas dos serviços radiodifusão, dentro dos parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU;

3.4 Realização de treinamento sobre os conceitos teóricos e aplicação prática da nova metodologia e da utilização da ferramenta automatizada para os futuros usuários a serem definidos pela SCE/MC;

3.5 Disponibilização para o Ministério de todo o material teórico, levantamento de dados e informações que subsidiarem os estudos.

## **4. PRODUTOS**

A Contratada deverá entregar os produtos abaixo:

**PRODUTO 1:** Plano de trabalho, com o detalhamento das atividades constantes deste termo de referência. Critério de Aprovação: O plano deverá ser validado pela SCE/MC.

**PRODUTO 2:** Estudo descritivo, analítico e detalhado sobre os parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU para estudos de viabilidade econômico-financeira e preço mínimo das outorgas dos serviços de Radiodifusão. Critério de Aprovação: O estudo deverá ser validado pela SCE/MC.

**PRODUTO 3:** Dados e informações necessários para a execução dos cálculos do modelo de estudo de viabilidade econômico-financeira e fixação do preço mínimo das outorgas dos serviços de Radiodifusão, além de seus processos de atualização periódica, seguindo os parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU. Critério de Aprovação: Os dados e informações, além de sua sistemática de atualização periódica deverão ser validados pela SCE/MC. O fornecimento dos mesmos deverá ser realizado de forma impressa e em mídia digital.

**PRODUTO 4:** Ferramenta automatizada para a realização dos estudos de viabilidade econômico-financeira e fixação do preço mínimo de outorgas, dentro dos parâmetros e diretrizes aceitos pelo TCU. Critério de Aprovação: A ferramenta automatizada deverá ser validada pela SCE/MC.

**PRODUTO 5:** Treinamento sobre os conceitos teóricos e aplicação prática da ferramenta automatizada para os futuros usuários a serem definidos pela SCE/MC. Critério de Aprovação: A carga horária mínima é de 16 horas e a quantidade de pessoas passíveis de serem treinadas deve ser de, no mínimo, 10 pessoas. Os instrutores deverão ser previamente validados com a SCE/MC. O treinamento deverá ocorrer nas dependências do MC, podendo ser realizado em outra localidade em Brasília, com custos arcados em sua totalidade pela contratada a critério da SCE/MC;

**PRODUTO 6:** Relatório contendo todo material teórico, dados e informações de subsídio para as atividades executadas. Critério de Aprovação: O Relatório deverá ser validado pela SCE/MC.

## 5. LOCAL DE ENTREGA

Os produtos deverão ser entregues no endereço abaixo:

Ministério das Comunicações  
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica  
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – Sala 300/Oeste – Edifício Anexo  
Brasília, DF

## 6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO E PAGAMENTO

6.1 Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados num período de **100 (cem) dias**, a partir da data de assinatura do contrato, conforme cronograma a seguir:

Produto	Data de entrega após a assinatura do Contrato	Valor a ser pago do total do Contrato
Produto 1	10 dias	7%
Produto 2	80 dias	50%
Produto 3	80 dias	13%
Produto 4	80 dias	13%
Produto 5	90 dias	10%
Produto 6	100 dias	7%
Total	100 dias	100%

6.2 O pagamento será efetuado em até 10 dias úteis, após o recebimento e ateste pelo Projeto e pela UNESCO da prestação do serviço, segundo as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.3 A parcela será paga mediante a emissão de Nota Fiscal por parte da Contratada contendo discriminação detalhada dos serviços/produtos. A Nota Fiscal deverá ser entregue no mesmo local de entrega dos bens/serviços.

6.4 A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto 914BRZ5012, CNPJ 03.736.617/0001-68.

6.5 A UNESCO será rigorosa na conferência dos produtos/serviços entregues/prestados, reservando-se o direito de conceder a autorização do seu pagamento condicionada à qualidade do produto/serviço entregue/prestado.

6.6 A UNESCO não efetua o ressarcimento de nenhum imposto pago pela empresa.

## **7. PENALIDADES**

7.1 Multa de mora diária de 0,5% (meio por cento) nos primeiros 10 (dez) dias e de 10% (dez por cento) do 11º dia em diante, calculada sobre o valor total do contrato, por impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

7.2 Multa compensatória de 10% (dez por cento) ao mês, calculada *pro rata tempore* sobre o valor total das obrigações contratadas, caso a contratada não entregue o produto/execute o serviço no prazo estipulado, exceto se motivada, comprovadamente, por caso fortuito ou motivo de força maior.

## **8. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

8.1 A proposta deverá ser apresentada em 02 (dois) envelopes conforme abaixo:

ENVELOPE 1: deverá conter a documentação de habilitação do item 9 **e sua cópia**.

ENVELOPE 2: proposta técnico-financeira dos serviços a serem prestados **e sua cópia**.

8.2 A apresentação da proposta por parte da empresa implica na plena aceitação de todos os termos contidos no presente documento e do modelo de contrato a ser firmado com a empresa vencedora.

8.3 Forma de Apresentação dos envelopes

### **ENVELOPE 01 – Documentação de Habilitação**

< o nome e o endereço postal completo do Concorrente >  
Licitação Nº 0056/2013  
ENVELOPE 01

### **ENVELOPE 02 - Proposta Técnico-Financeira**

< o nome e o endereço postal completo do Concorrente >  
Licitação Nº 0056/2013  
ENVELOPE 02

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

As licitantes deverão apresentar no Envelope 1 a documentação a seguir:

### 9.1 Habilitação jurídica:

9.1.1 Declaração de inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos.

9.1.2 Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.1.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

9.1.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

9.1.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país do beneficiário e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## 9.2 Regularidade fiscal:

9.2.1 Prova de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

9.2.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.3 Prova de regularidade para a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

- a) Para prova da regularidade para com a Fazenda Federal é necessária a apresentação da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão Quanto a Dívida Ativa da União.

9.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3 Cópia da cédula de identidade e do CPF do responsável legal pela assinatura do Contrato.

9.4 Comprovante contendo os dados bancários para o pagamento.

Toda a documentação apresentada, se não for original, deverá ser autenticada em cartório ou, no caso da documentação relativa à regularidade fiscal, se retirada pela Internet, deverá conter o link do site no rodapé da página para identificar o endereço de onde foi retirada a certidão.

## **10. VALIDADE DA PROPOSTA**

A proposta deverá ter validade de 90 (noventa) dias, a contar da data da apresentação.

## **11. ABERTURA DAS PROPOSTAS**

A abertura das propostas será realizada da seguinte forma:

11.1 Primeira abertura: reunião pública para abertura do Envelope 01 contendo os documentos solicitados no item 9.

11.1.1 A(s) empresa(s) que não apresentarem toda a documentação será(ão) notificada(s) por e-mail e/ou fax e terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentarem recurso. Caso não sejam apresentados recursos ou caso os recursos não sejam aceitos pela UNESCO, as empresas que tiveram o Envelope 01 de acordo com o solicitado, serão comunicadas por e-mail e/ou fax sobre a data e horário para abertura do Envelope 02.

11.1.2 Caso não haja o mínimo de 03 (três) propostas válidas nesta etapa, o processo licitatório será cancelado, sendo ou não reaberto posteriormente, de acordo com o interesse da UNESCO.

11.2 Segunda abertura: reunião pública de abertura do Envelope 02 contendo o detalhamento da proposta técnico-financeira para os serviços requisitados.

11.2.1 Será dado um prazo de 05 (cinco) dias úteis para que os participantes apresentem recurso. Caso não sejam apresentados recursos ou caso os recursos não sejam aceitos pela UNESCO, será considerada vencedora a empresa qualificada tecnicamente e que apresentar a menor proposta de preço.

## 12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

12.1 As propostas serão avaliadas segundo critérios de técnica e preço.

12.2 Serão classificadas tecnicamente as propostas que atenderem aos critérios de avaliação e que obtiverem, no mínimo, 70% do total máximo de pontos.

12.3 As licitantes que obtiverem o mínimo de 70,0 pontos ou mais na avaliação técnica terão suas propostas financeiras abertas e avaliadas. Dentre essas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o menor preço global dos produtos/serviços, atendidas todas as exigências deste edital.

12.4 As licitantes que obtiverem menos de 70,0 pontos na avaliação técnica serão desclassificadas.

12.5 Critérios:

<b>Críticos de Avaliação</b>	<b>Pontuação Mínima</b>	<b>Pontuação Máxima</b>
<b>Qualificação e Experiência da Instituição</b>		
Experiência na realização de estudos de viabilidade econômico-financeira, levantamento de dados setoriais e fornecimento de ferramentas automatizadas de cálculos econômico-financeiros. (5 pontos para cada estudo de viabilidade econômico-financeira a mais até atingir a pontuação máxima)	30	40
<b>Qualificação e Experiência da Equipe-Chave</b>		
Mínimo: Graduação em Economia, Contabilidade, Administração, Matemática ou Estatística. Desejável: Pós-Graduação Lato Sensu ou Strictu Sensu em Economia, Contabilidade, Administração, Finanças, Matemática ou Estatística. (Graduação = 20 pontos / Pós-Graduação: Lato Sensu = 2 pontos, Stricto Sensu = 5 pontos, até atingir a pontuação máxima)	20	30
Experiência mínima de 10 projetos de estudos econômico-financeiros. (2 pontos para cada projeto a mais até atingir a pontuação máxima)	20	30
<b>Pontuação Total</b>	<b>70</b>	<b>100</b>

12.6 Critério de Desempate: em caso de empate, o desempate será feito por meio de sorteio.

## 13. CRITÉRIO DESCLASSIFICATÓRIO

Não atendimento a qualquer um dos itens contidos neste Edital.

## 14. PEDIDOS DE INFORMAÇÕES/ESCLARECIMENTOS

14.1 Eventuais pedidos de informações/esclarecimentos deverão ser encaminhados à UNESCO até o dia **24 de junho de 2013** através do e-mail [licita@unesco.org.br](mailto:licita@unesco.org.br) informando no assunto do e-mail o número da licitação a que se refere a consulta.



14.2 As repostas serão enviadas às empresas até o dia **27 de junho de 2013**.

#### **15. DIREITO DA UNESCO E DO CLIENTE DE CANCELAR A LICITAÇÃO**

A UNESCO se reserva o direito de, após consulta prévia ao Cliente, cancelar a licitação a qualquer tempo antes da adjudicação do contrato, sem que do cancelamento decorra qualquer direito a indenização por parte dos Concorrentes.

#### **16. DO FORO**

As questões decorrentes da execução dessa contratação, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas pela Comissão das Nações Unidas de Direito Internacional Comercial - UNCITRAL, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.